



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PE

ART OBRA / SERVIÇO
Nº PE20241235235

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco

INICIAL

1. Responsável Técnico

PAULO ROBERTO COSTA PEIXOTO

Título profissional: ENGENHEIRO MECÂNICO, ENGENHEIRO CIVIL

RNP: 0202900380

Registro: 02900380PE

Empresa contratada: CONSTRUTORA FERNANDES LTDA

Registro : 0000770035-PE

2. Dados do Contrato

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS - PE

CPF/CNPJ: 11.049.848/0001-21

AVENIDA Joaquim Falcão

Nº: 109

Complemento:

Bairro: CENTRO

Cidade: POMBOS

UF: PE

CEP: 55630000

Contrato: CONTRATO Nº 084/2024

Celebrado em:

Valor: R\$ 602.825,00

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público

Ação Institucional: Outros

3. Dados da Obra/Serviço

AVENIDA Joaquim Falcão

Nº: 109

Complemento:

Bairro: CENTRO

Cidade: POMBOS

UF: PE

CEP: 55630000

Data de Início: 18/10/2024

Previsão de término: 18/02/2025

Coordenadas Geográficas: 0, 0

Finalidade:

Código: Não Especificado

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS - PE

CPF/CNPJ: 11.049.848/0001-21

4. Atividade Técnica

16 - Execução

Quantidade

Unidade

49 - Execução de obra > TRANSPORTES > INFRAESTRUTURA URBANA > DE PAVIMENTAÇÃO > #4.2.1.3 - EM PARALELEPÍPEDO PARA VIAS URBANAS

5.806,25

m2

49 - Execução de obra > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > ESTABILIDADE DE TALUDES E CONTENÇÕES > DE PROTEÇÃO DE ENCOSTAS > #3.4.1.7 - POR MURO DE ARRIMO

24,00

m3

49 - Execução de obra > OBRAS HIDRÁULICAS E RECURSOS HÍDRICOS > SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > DE SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > #5.3.1.8 - SARJETA

1.923,37

m

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

5. Observações

Execução de serviços de Pavimentação em pedras graníticas de paralelepípedo em diversas ruas do município de Pombos-PE.

6. Declarações

- Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

- Cláusula Compromissória: Qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, bem como sua interpretação ou execução, será resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei no. 9.307, de 23 de setembro de 1996, por meio do Centro de Mediação e Arbitragem - CMA vinculado ao Crea-PE, nos termos do respectivo regulamento de arbitragem que, expressamente, as partes declaram concordar

7. Entidade de Classe

NÃO OPTANTE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

PAULO ROBERTO COSTA PEIXOTO - CPF: 068.375.814-49

Local _____ de _____ de _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS - PE - CNPJ: 11.049.848/0001-21

9. Informações

* Conforme Art. 4º da Resolução 1025/2009: O registro da ART efetiva-se após o seu cadastro no sistema eletrônico do CREA e o recolhimento do valor correspondente

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <http://crea-pe.sitac.com.br/publico>, com a chave: BZbx0
Impresso em: 08/11/2024 às 12:00:37 por: ip: 187.19.172.63

www.crape.org.br
Tel: (81) 3423-4383

crape@crape.org.br
Fax: (81) 3423-4383

CREA-PE
Conselho Regional de Engenharia
e Agronomia de Pernambuco





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PE

ART OBRA / SERVIÇO
Nº PE20241235235

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco

INICIAL


10. Valor

Valor da ART: R\$ 262,55

Registrada em: 08/11/2024

Valor pago: R\$ 262,55

Nosso Número: 8306882146

 **CARTÓRIO 6º OFÍCIO DE NOTAS**
DR. JOSÉ ROBERTO MARTINS BARBOSA - TABELIÃO

Rua Dr. Pedro Monteiro, 225 - Centro - 56640, Maceió / AL
Fone - Pabx: 3221-9061

Tabelionato de Notas do 6.º Ofício - R. Pedro Monteiro, 255 - Centro - Fone: 82 3221-9061

Poder Judiciário de Alagoas


Selo Digital de AUTENTICAÇÃO AZUL : AFL30867-PCBO
Doc. Solicitante: ***.000.000-**- 26/12/2024 10:56

Certifico haver conferido autenticado a presente fotocópia com o original que me foi apresentado

Tabelião José Roberto Martins Barbosa, Escrevente Autorizada
Maria Denilza Santos da Silva

Confirme autenticidade em: <https://selo-tj-al.sp.br>

alagoascartorio@outlook.com



A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <http://crea-pe.sitac.com.br/publico>, com a chave: BZbx0
Impresso em: 08/11/2024 às 12:00:37 por: , ip: 187.19.172.63

www.creape.org.br
Tel: (81) 3423-4383

creape@creape.org.br
Fax: (81) 3423-4383



CREA-PE
Conselho Regional de Engenharia
e Agronomia de Pernambuco





PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS
Secretaria de Infraestrutura Urbana e Rural.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA E EXECUÇÃO PARCIAL DOS SERVIÇOS

O Município de Pombos CNPJ 11.049.848/0001-21, situada na Av. Joaquim Falcão, 109, Centro, Pombos/PE, atesta para os devidos fins que a empresa **CONSTRUTORA FERNANDES LTDA**, inscrita no CNPJ N° 39.547.343/0001-06, vem executando os serviços técnicos de engenharia previstos na planilha de Serviços, **Contrato: 084/2024**, cujo objeto : Execução de serviços de pavimentação em pedras graníticas de paralelepípedo em diversas ruas do Município de Pombos/PE.

Tendo como responsáveis técnicos pelos serviços:

Engenheiro Civil Paulo Roberto Costa Peixoto. CREA/RNP 0202900380

Período de execução do contrato de 18/10/2024 a 18/10/2025.

Período de execução dos Serviços de 21/10/2024 a 20/12/2024.

Atestamos ainda que os serviços descritos em planilha de quantitativos em anexo vem sendo executados de acordo com as especificações e demais condições contratuais, não havendo registro que desabone a idoneidade e a capacidade técnica da referida empresa na condução dos Serviços e dos seus responsáveis técnicos.

Pombos, 24 de Dezembro de 2024

Documento assinado digitalmente

gov.br

CASSIO LUIZ FREIRE SANTOS

Data: 24/12/2024 08:47:28-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

CÁSSIO LUIZ FREIRE SANTOS

Secretário de Infraestrutura Urbana e Rural

Engenheiro Civil CREA 1817610732

Port. 288-A/2024

BR 232, Km 58 – Pombos/PE, CEP 55.630-000
CNPJ N° 11.049.848/0001-21



Tabelionato de Notas do 6º Ofício - R. Pedro Monteiro, 225 - Centro - Fone: 321-9061

Poder Judiciário de Alagoas

Selo Digital de AUTENTICAÇÃO: 3F130651-B986

Doc. Solicitante: 322-000.000-77 - 26/12/2024 10:51

Certifico haver conferido autenticado a presente fotocópia com o original que me foi apresentado

Tabelião José Roberto Martins Barbosa, Escriturante Autorizada

Maria Denilza Santos Vaz Silva

Confirme autenticidade em: <https://seio.jai.jus.br>

ajagosantoro@outlook.com

DR. PAULO ROBERTO COSTA PEIXOTO - TABELIÃO

Rua Dr. Pedro Monteiro, 225 - Centro - 56640-000 / AL
Fone - 3221-9061



PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS
Secretaria de Infraestrutura Urbana e Rural.



EMPRESA	CONSTRUTORA FERNANDES LTDA	CONTRATO: 084/2024	
OBJETO	PAVIMENTAÇÃO EM PEDRAS GRANULÍTICAS DE PARALELEPÍPEDO EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE POMBOS - PE	Período de Execução 21/10/2024 à 20/12/2024	
ATESTADO PARCIAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS			
Item	Descrição	Und	Acumulado
1	SERVIÇOS PRELIMINARES		
1.1	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS	Un	1,00
1.2	RETROESCAVADEIRA SOBRE RODAS COM CARREGADEIRA, TRAÇÃO 4X2, POTÊNCIA LÍQ. 79 HP, CAÇAMBA CARRIEG, CAP. MÍN. 1 M3, CAÇAMBA RETRO CAP. 0,20 M3, PESO OPERACIONAL MÍN. 6.570 KG, PROFUNDIDADE ESCAVAÇÃO MÁX. 4,37 M - CHP DIURNO. AF_06/2014	CHP	14,00
1.3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	77.056,58
2	CONTINUAÇÃO DA RUA FRANCISCO INÁCIO DA PAZ		
2.1	REGULARIZAÇÃO DE SUPERFÍCIES, INCLUINDO CARGA E DESCARGA EM SOLO DE 1ª CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS	m²	702,37
2.2	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDOS, REJUNTAMENTO COM ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA). AF_05/2020	m²	702,37
2.3	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO CURVO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA). AF_01/2024	M	196,90
3	MURO DE ARRIMO DA CONTINUAÇÃO DA RUA FRANCISCO INÁCIO DA PAZ		
3.1	Muro de arrimo de alvenaria de pedra argamassada	M³	24,00
3.2	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_02/2021	m³	12,60
4	LOTEAMENTO ALFREDO BATISTA - RUA PROJETADA 01		
4.1	REGULARIZAÇÃO DE SUPERFÍCIES, INCLUINDO CARGA E DESCARGA EM SOLO DE 1ª CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS	m²	219,96
4.2	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDOS, REJUNTAMENTO COM ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA). AF_05/2020	m²	219,96
4.3	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO CURVO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA). AF_01/2024	M	84,30
5	LOTEAMENTO ALFREDO BATISTA - RUA PROJETADA 02		
5.1	REGULARIZAÇÃO DE SUPERFÍCIES, INCLUINDO CARGA E DESCARGA EM SOLO DE 1ª CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS	m²	262,40
5.2	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDOS, REJUNTAMENTO COM ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA). AF_05/2020	m²	262,40
5.3	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO CURVO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA). AF_01/2024	M	91,60
6	LOTEAMENTO ALFREDO BATISTA - RUA PROJETADA 03		
6.1	REGULARIZAÇÃO DE SUPERFÍCIES, INCLUINDO CARGA E DESCARGA EM SOLO DE 1ª CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS	m²	341,74
6.2	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDOS, REJUNTAMENTO COM ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA). AF_05/2020	m²	341,74
6.3	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO CURVO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA). AF_01/2024	M	105,10
7	LOTEAMENTO XAVIER DE SOUZA, RUA PROJETADA		
7.1	REGULARIZAÇÃO DE SUPERFÍCIES, INCLUINDO CARGA E DESCARGA EM SOLO DE 1ª CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS	m²	1557,98
7.2	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDOS, REJUNTAMENTO COM ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA). AF_05/2020	m²	1557,98
7.3	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO CURVO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA). AF_01/2024	M	525,30
7.4	ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 600 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS (NÃO INCLUI FORNECIMENTO). AF_03/2024	M	288,00
8	TRECHO DA RUA PROJETADA 13, LOT. XAVIER DE SOUZA		
8.1	REGULARIZAÇÃO DE SUPERFÍCIES, INCLUINDO CARGA E DESCARGA EM SOLO DE 1ª CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS	m²	192,00
8.2	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDOS, REJUNTAMENTO COM ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA). AF_05/2020	m²	192,00
8.3	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO CURVO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA). AF_01/2024	M	61,00
9	BIFURCAÇÃO, LOT. ALFREDO BATISTA		
9.1	REGULARIZAÇÃO DE SUPERFÍCIES, INCLUINDO CARGA E DESCARGA EM SOLO DE 1ª CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS	m²	
9.2	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDOS, REJUNTAMENTO COM ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA). AF_05/2020	m²	
9.3	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO CURVO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA). AF_01/2024	M	
10	RUAS REPROGRAMADAS 01		
10.1	REGULARIZAÇÃO DE SUPERFÍCIES, INCLUINDO CARGA E DESCARGA EM SOLO DE 1ª CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS	m²	584,16
10.2	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDOS, REJUNTAMENTO COM ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA). AF_05/2020	m²	584,16
10.3	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO CURVO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA). AF_01/2024	M	195,00



CARTÓRIO 6º OFÍCIO DE NOTAS
DR. JOSÉ ROBERTO MARTINS BARBOSA - TABELIÃO

Rua Dr. Pedro Monteiro, 225 - Centro - 56640, Maceio / AL
Fone - Pabx: 3221-9051

Tabelionato de Notas do 6.º Ofício - R. Pedro Monteiro, 255 - Centro - Fone: 82 3221-9051

Poder Judiciário de Alagoas

Selo Digital de AUTENTICAÇÃO/AZUL : AFL30655-CA44

Doc. Solicitante: 000.000.000-00 - 26/12/2024 10:51

Certifico haver conferido autenticado a presente fotocópia com o original que me foi apresentado

Tabelião José Roberto Martins Barbosa, Escrevente Autorizada
Maria Denilza Santos da Silva

Confirma autenticidade em: <https://selo.tj-al.jus.br>



PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS

PROCESSO LICITATÓRIO N° 020/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N° 012/2024

CONTRATO N° 084/2024

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
ESPECIALIZADOS EM EXECUÇÃO DE
PAVIMENTAÇÃO EM PEDRAS GRANULÍTICAS
DE PARALELEPÍPEDO EM DIVERSAS RUAS DO
MUNICÍPIO DE POMBOS – PE

Contrato que firmam, de um lado, como **CONTRATANTE**, o **MUNICÍPIO DE POMBOS – PE**, inscrito no CNPJ sob o n° 11.049.848/0001 – 21, com sede a Avenida Joaquim Falcão, n° 109, Bairro – Centro, na cidade de Pombos/PE, CEP 55.630-000 Fone 81 - 3536.1213, neste ato, representado legalmente pelo seu Prefeito Sr. Manoel Marcos Alves Ferreira, brasileiro, casado, médico, portador do RG n.º 1.460.747 SSP – PE, inscrito no CPF/MF sob n.º 368.093.224-34, residente e domiciliado na Travessa Praça Joaquim Batista 1, n° 151 – Centro – Pombos – PE, de outro lado, como **CONTRATADA**, a empresa **CONSTRUTORA FERNANDES LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 39.547.343/0001-06, com sede na Rua RUA C, S/N, QUADRA C, SANTA AMÉLIA, Maceió – AL, neste ato representada legalmente por seu representante legal o Srª Diana Cristina Fernandes de Vasconcelos, portador do CPF/MF n° 437.148.623-15, residente na cidade do Maceió – AL, de acordo com o **PROCESSO LICITATÓRIO N° 020/2024, PREGÃO ELETRÔNICO N° 012/2024**, sob o esteio da Lei Geral de Licitações e Contratos n° 14.133/2021, sob as cláusulas e condições a seguir expressas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME JURÍDICO

1.1. Este contrato rege-se pela Lei Geral de Licitações e Contratos n° 14.133 de 01 de Abril de 2021, por suas cláusulas e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e Disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO (art. 92, I e II)

1.1 Constitui objeto da presente licitação a execução de serviços de pavimentação em pedras granulíticas de paralelepípedo em diversas ruas do município de pombos – PE

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO

3.1 - São partes integrantes deste Contrato para todos os fins de direito o edital e o termo de referência do **Processo Licitatório N° 020/2024, Pregão Eletrônico N° 012/2024**, bem como a proposta do licitante do vencedor.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

4.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de



Tabulação de Notas do 6º Ofício - R. Pedro Monteiro, 255 - Centro - Fone: 82 3221-9051
Poder Judiciário de Alagoas
Selo Digital de AUTENTICAÇÃO/AZUL: AFL3064-9086
Doc. Solicitante: 000.000-00 - 26/12/2024 13:51
Certifico haver conferido autenticado a presente fotocópia com o original que me foi apresentado
Tabelião José Roberto Martins Barbosa, Escrevente Autorizada
Maria Denilza Santos da Silva
Confirme autenticidade em: <https://selo.jus.br>
alagassat@outlook.com



PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS

assinatura deste instrumento, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

4.1.1. O prazo de vigência poderá ser prorrogado conforme disposto na Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1 - Pelo objeto deste contrato, o Contratante pagará à Contratada o valor de **R\$ 602.825,00** (seiscentos e dois mil, oitocentos e vinte e cinco reais), conforme quantitativos e especificações constantes abaixo:

5.2 - O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias úteis após apresentação da nota fiscal e do recebimento definitivo dos itens, comprovada a manutenção das exigências da habilitação e o atesto do setor responsável pelo recebimento do objeto em conformidade com o objeto solicitado.

5.3 - A Nota fiscal só deverá ser emitida mediante ordem de fornecimento. O serviço entregue deverá vir acompanhado da respectiva Nota Fiscal e recibo em 02 (duas) vias, atestados pelo setor responsável pelo recebimento do objeto.

5.4 - Qualquer atraso na apresentação da Nota Fiscal eletrônica, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação pelo município.

5.5 – A contratada deverá enviar a nota fiscal na mesma data de sua emissão para o mesmo e-mail que foi enviado a ordem de execução ou poderá ser entregue na prefeitura, no setor financeiro.


5.6 – O setor financeiro verificará as hipóteses de retenção na fonte de encargos tributários. Os tributos relativos ao faturamento serão descontados da CONTRATADA no momento da liquidação da despesa e recolhidos diretamente ao poder público competente.

5.7 - O setor financeiro deduzirá do montante a pagar os valores correspondentes às multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

5.8 - Todos os serviços objeto destes Projeto Básico deverá ser medidos através de Boletins de Medição, composto de Planilha de medição, Memória de cálculo, Relatório fotográfico, devidamente aprovado e visitados pela Fiscalização definida para o acompanhamento e controle destes trabalhos.

5.9 - Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.

5.10 A liquidação da despesa referente à primeira medição, somente será procedida mediante a apresentação pela contratada da seguinte documentação, através de cópia autenticada em cartório ou por servidor da Administração Pública Municipal:

 **CARTÓRIO 6º OFÍCIO DE NOTAS**
DR. JOSÉ ROBERTO MARTINS BARBOSA - TABELIÃO Fone - Pabx: 3221-9061


Rua Dr. Pedro Monteiro, 225 - Centro - 56640, Maceio / AL

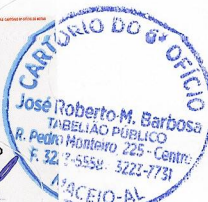
Tabellionato de Notas do 6.º Ofício - R. Pedro Monteiro, 225 - Centro - Fone: 82 3221-9061

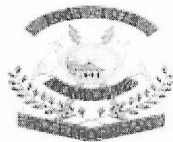
Poder Judiciário de Alagoas

Selo Digital de AUTENTICAÇÃO/AZUL - AFL30652-HN J9
Doc. Solicitante: ***.000.000-**-26/12/2024 10:51
Certifico haver conferido autenticado a presente fotocópia com o original que me foi apresentado

Tabelião José Roberto Martins Barbosa, Escrevente Autorizada
Maria Denilza Santos da Silva



 **CARTÓRIO DO 6º OFÍCIO**
José Roberto M. Barbosa
TABELIÃO PÚBLICO
R. Pedro Monteiro, 225 - Centro
F. 82 3221-9061 - 3222-7731
MACEIO-AL



PREFEITURA MUNICIPAL DE
POMBOS
Agir de obra é cuidar do povo

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS

5.11 - Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT da execução do contrato perante o CREA / CAU;

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

6.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas nas seguintes dotações orçamentárias:

020801 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL

1545115022.044 – MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO E REPOSIÇÃO DE CALÇAMENTO

33903900 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

CLÁUSULA SÉTIMA - RECEBIMENTO, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

7.1 - Os itens serão recebidos pelos fiscais dos instrumentos contratuais designados pela secretaria:

7.2 - Após a conclusão do objeto contratual, a CONTRATADA notificará a CONTRATANTE para que esta, no prazo de 05 (cinco) dias úteis o receba provisoriamente, por ato formal de sua autoridade superior.

7.3 Decorrido 02 (dois) meses do recebimento provisório acima especificado, e não havendo qualquer irregularidade no objeto contratual entregue, a CONTRATANTE, por ato formal de sua autoridade superior, receberá definitivamente o objeto contratado, sem prejuízo das responsabilidades futuras da CONTRATANTE dispostas em lei.

7.4 Na hipótese do não recebimento, será dado um prazo para que a CONTRATADA, às suas expensas, complemente, ou refaça os serviços rejeitados. Atendidas tais exigências, a CONTRATADA solicitará nova vistoria, que será feita em igual prazo.

7.5 Aceitos os serviços e cumpridas às demais cláusulas e condições contratuais, será emitido, pela Contratante, o respectivo “Termo de Entrega e Recebimento dos Serviços”.

7.6 Prazo de execução é de 04 (quatro) meses;

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da assinatura deste instrumento;

8.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice INCC (índice Nacional da Construção Civil), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;



CARTÓRIO 6º OFÍCIO DE NOTAS
DR. JOSÉ ROBERTO MARTINS BARBOSA - TABELIÃO

Rua Dr. Pedro Monteiro, 225 - Centro - 3221-9061
Fone - Pabx: 3221-9063 / 3223-7791



Tabelionato de Notas do 6.º Ofício - R. Pedro Monteiro, 255 - Centro - Fone: 82 3221-9061

Poder Judiciário de Alagoas

Selo Digital de AUTENTICAÇÃO/AZUL : AFL30653-FD6H
Doc. Solicitante: ***.000.000-**- 26/12/2024 10:51

Certifico haver conferido autenticidade a presente fotocópia com o original que me foi apresentado

Tabelião José Roberto Martins Barbosa, Escrevente Autorizada
Márcia Denilza Santos da Silva

Confirme autenticidade em: <https://selo.tjal.jus.br>

alagoascartorio@outlook.com



PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

8.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s);

8.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s);

8.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor;

8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

8.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA NONA – DO REEQUILÍBRIO ECONOMICO FINANCEIRO DO CONTRATO

9.1. Havendo alterações na conjuntura econômica do País ou do Estado, devidamente comprovadas documentalmente, que resulte em desequilíbrio financeiro permanente, nas condições deste contrato e nas hipóteses autorizadas pela Lei de Licitações, a CONTRATADA poderá pleitear revisão de preços.


9.2. A revisão será aprovada conforme apresentação de Planilhas de Custo da época da formulação da proposta e Planilhas de Custo atual dos itens e/ou lotes a serem revisados, bem como Nota Fiscal anterior ao processo do qual baseou o preço da proposta apresentada e a Nota Fiscal atual comprovando o preço a ser revisado. O preço poderá sofrer acréscimo como decréscimo de acordo com o preço praticado no mercado.

9.3. A cada pedido de revisão de preço deverá comprovar as alterações ocorridas e justificadoras do pedido, demonstrando novamente a composição do preço, através de notas fiscais que comprovem o aumento do preço.

9.4. As variações sazonais nos preços, decorrentes de eventos previsíveis, porém desconsiderados na formulação da proposta, não poderão ser utilizadas para justificar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

9.5. É vedado à CONTRATADA interromper o serviço, sendo a referida obrigada a continuar a prestação enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando neste caso sujeita às penalidades previstas neste contrato.

9.6. A revisão levará em consideração preponderantemente as normas legais federais, estaduais e municipais.



CARTÓRIO 6º OFÍCIO DE NOTAS
DR. JOSÉ ROBERTO MARTINS BARBOSA - TABELIÃO

Rua Dr. Pedro Monteiro, 225 - Centro - 66482-950 - Pombos - PA
Fone - Pabx: 3221-9061

Tabellionato de Notas do 6.º Ofício - R. Pedro Monteiro, 225 - Centro - Fone: 82 3221-9061


Poder Judiciário de Alagoas

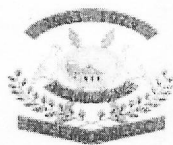
Selo Digital de AUTENTICAÇÃO AZUL : AFL30653-FD8H
Doc. Solicitante: ***.000.000-**- 25/12/2024 10:51

Certifico haver conferido e autenticado a presente fotocópia com o original que me foi apresentado

Tabelião José Roberto Martins Barbosa, Escrevente Autorizada
Maria Denilza Santos da Silva

Confirme autenticidade em: <https://selo.tjaj.us.br>





PREFEITURA MUNICIPAL DE
POMBOS
Atendendo a obra e cuidar do povo

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS

9.7. A não apresentação ou apresentação incompleta e insatisfatória da documentação prevista nesta cláusula importará no não reconhecimento ao reequilíbrio econômico-financeiro pleiteado.

9.8 O prazo para resposta das respectivas solicitações de reequilíbrio econômico/financeiro, será deferido ou indeferido, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias a contar da data do respectivo protocolo

CLÁUSULA DÉCIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1 - Não será admitida a subcontratação do objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV) E CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI e XVII)

11.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência Anexo I do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1 Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

12.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3 Dar causa à inexecução total do contrato;

12.1.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

12.1.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

12.1.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

12.1.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa ou a execução do contrato;

12.1.9 Fraudar a dispensa ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.10.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa.

12.1.11 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

12.1.12 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



CARTÓRIO 6º OFÍCIO DE NOTAS
DR. JOSÉ ROBERTO MARTINS BARBOSA - TABELIÃO

Rua Dr. Pedro Monteiro, 225 - Centro - 56640, Maceió / AL
Fone - Pabx: 3221-9061

Tabelionato de Notas do 6.º Ofício - R. Pedro Monteiro, 265 - Centro - Fone: 82 3221-9061

Poder Judiciário de Alagoas

Selo Digital de AUTENTICAÇÃO/AZUL : AFL30654-9086
Doc. Solicitante: ***.000.000-**-26/12/2024 10:51

Certifico haver conferido autenticado a presente fotocópia com o original que me foi apresentado

Tabelião José Roberto Martins Barbosa, Escrevente Autorizada
Maria Denize Santos da Silva

Confirme autenticidade em: <https://selo.tjal.jus.br/>



PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS

12.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores

ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 12.1.1 deste TR, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 0,5% (zero virgula cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 12.1.1 a 12.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 12.1.2 a 12.1.7 deste TR, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 12.1.8 a 12.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

12.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.5 A aplicação das sanções previstas deste TR, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.



CARTÓRIO 6º OFÍCIO DE NOTAS
DR. JOSÉ ROBERTO MARTINS BARBOSA - TABELIÃO

Rua Dr. Pedro Monteiro, 225 - Centro - Pombos - AL
Fone: (321) 3221-9061



Tabellionato de Notas do 6.º Ofício - R. Pedro Monteiro, 225 - Centro - Fone: 82 3221-9061

Poder Judiciário de Alagoas



Selo Digital: de AUTENTICAÇÃO/AZUL : APL30652-HM19

Doc. Solicitante: *** 000.000-*** 26/12/2024 10:51

Certifico haver conferido autenticado a presente fotocópia com o original, que me foi apresentado

Tabellião José Roberto Martins Barbosa, Secretária Autorizada Maria Denilza Santos da Silva

Confirme autenticidade em: <https://selo.tjal.jus.br>

alansecartorio@outlook.com

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS

12.6 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

12.7 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

12.8 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

13.1 – O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas nos termos dos arts. 124 a 136 da Lei Geral de Licitações e Contratos nº 14.133/2021, no que couber conforme a contratação.

13.2 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do CONTRATANTE, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento), conforme disposto no art. 125 da lei 14.133/2021

13.3 - Na hipótese de haver acordo entre as partes, as supressões poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

13.4 - As alterações contratuais serão obrigatoriamente formalizadas pela celebração de prévio termo aditivo ao presente instrumento, respeitadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021..

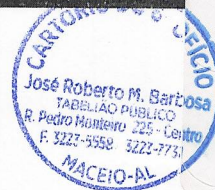
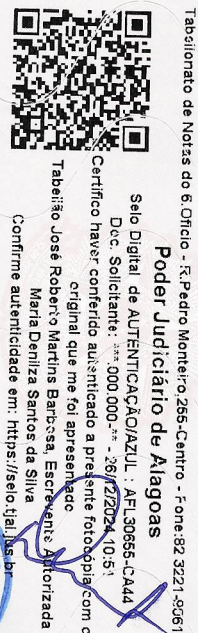
CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA- DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO (art. 92, IV, VII e XVIII)

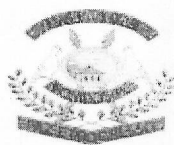
14.1 – Compete à fiscalização do instrumento contratual:

14.1.1 - Acompanhar e fiscalizar o recebimento dos itens.

14.1.2 - Notificar a contratada das eventuais irregularidades no cumprimento dos requisitos e especificações do termo de referência, ata de registro de preço e contrato, bem como em possíveis falhas na entrega.

14.1.3 - Solicitar a troca dos itens em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções.





PREFEITURA MUNICIPAL DE
POMBOS
Aqui o Povo é o Senhor

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS

14.2 – A fiscalização do instrumento contratual acontecerá de acordo com os fiscais designados abaixo:

Secretaria de infraestrutura através do Srº César Augusto da Silva Penha

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA - DA RESCISÃO

15.1 - O contrato poderá ser rescindido nos termos dos artigos 106, inciso III, § 1º e dos art. 137 a à 139 da Lei Geral de Licitações e Contratos nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

16.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

16.1.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

16.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

16.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

16.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

16.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

16.2.2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

16.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

16.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

16.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

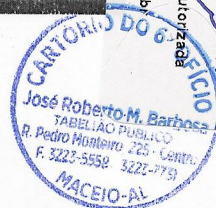
16.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

16.3.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)



Tableionato de Notas do 6.º Círculo - R. Pedro Monteiro 255 - Centro - Fone: 32.321-9061
Poder Judiciário de Alagoas
Selo Digital de AUTENTICAÇÃO/ZUL - AL30651-BGB
Doc. Solicitante: 000.000.000 - 66/12/2024 10:51
Certifico haver conteúdo autenticado a Presença Fotocópia com o original que me foi apresentado
Tabelião José Roberto Martins Barbosa, Escrevente Autorizada
Maria Deniza Santos da Silva
Confirme autenticidade em: <https://selloficial.jus.br/algacacartorio@outlook.com>



PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA – DA PUBLICIDADE

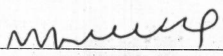
18.1 - A publicação do presente instrumento será efetuada conforme disposto no art. 94 da Lei 14.133/2021, no Portal Nacional de Contratações Públicas - (PNCP), o qual é condição indispensável para sua eficácia, correndo à conta da Prefeitura de POMBOS a respectiva despesa.

CLÁUSULA DÉCIMA-NONA - DO FORO (art. 92, §1º)

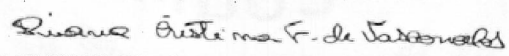
19.1 - Por força do art. 92, § 1º, da Lei 14.133/2021, fica eleito o foro da Comarca de POMBOS - PE, como competente para dirimir as dúvidas ou controvérsias decorrentes da execução do presente Contrato.

19.2 - E por estarem justos e acordados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e para um só efeito legal.

Pombos, 18 de outubro de 2024.



PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS
Manoel Marcos Alves Ferreira
Prefeito
CONTRATANTE



CONSTRUTORA FERNANDES LTDA
Diana Cristina Fernandes de Vasconcelos
Empresário
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

CPF.:

CPF.: